Capitalismo informacional e império: a celebração pós-marxista da hegemonia dos Estados Unidos[1]

BOB JESSOP
DIRETOR DO INSTITUTE FOR ADVANCED STUDIES E PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA LANCASTER UNIVERSITY (INGLATERRA)

"Devido à enorme dificuldade em compreender a complexidade de uma rede mundial de interações sistêmicas, podemos entender o sucesso de simples argumentos ideológicos destinados à dedução de todos os efeitos observáveis a partir de uma única causa fundamental, como fonte primeira de todas as contradições."

(Manuel Castells)[2]

"A máquina imperial, longe de eliminar grandes narrativas, na verdade as produz e reproduz (narrativas ideológicas em especial) no intuito de validar e celebrar seu próprio poder."

(Michael Hardt e Antonio Negri) [3]

Recentemente, dois importantes estudos interdisciplinares realizados por Manuel Castells e Michael Hardt e Antonio Negri abordaram o futuro da economia capitalista, do Estado moderno e das lutas sociais à luz das novas

[1] Publicado em *Studies in Political Economy – A Socialist Review*, n. 71/72, do Outono de 2003/Inverno de 2004. Este texto foi inicialmente apresentado oralmente no contexto de uma discussão sobre Guerra contra o Terrorismo, na Conferência de Inkrit, Berlim, em maio de 2002. O autor agradece os comentários recebidos na ocasião, especialmente de Frigga e Wolf Haug, Thomas Sablowski e Mario Candeias. Uma versão revisada foi publicada na Alemanha: Bob Jessop. Informationskapitalismus und Empire: Verklärungen der US-Hegemonie. *Das Argument*, n. 248, 2002, p. 777-790. A versão em inglês foi ampliada com o intuito de acrescentar algumas críticas adicionais a ambos os textos. Publicado com a permissão do autor e traduzido por Túlio Silva Sene. Revisão técnica de Alvaro Bianchi.

[2] Manuel Castells. *The economic crisis of American society*. Oxford: Blackwell, 1980, p. 9. Este texto é baseado em um texto anterior publicado em francês, *La crise économique et la société américain*. Paris: Maspero, 1976.

[3] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University, 2000, p. 34.

tecnologias de informação e comunicação, dos novos paradigmas de produção e da dinâmica da globalização. A trilogia de Castells, *A era da informação*, tem sido aclamada como uma persuasiva interpretação da economia, sociedade e cultura contemporâneas, e é amplamente utilizada no ensino. Embora menos didático quanto ao estilo, o volume de Hardt e Negri sobre um poder político e econômico global aparentemente descosturado no império, também se tornou um *best-seller* e foi anunciado como a proposta da "próxima grande idéia". Este artigo é mais modesto em suas ambições. Dito isto, minha interpretação avançará por duas afirmações centrais.

A primeira afirmação é que esses dois estudos tendem respectivamente na direção da celebração (ou, no mínimo, da apologia), por uma ala direita e uma ala esquerda, da nova economia e do Estado em rede associados ao capitalismo global contemporâneo. Essa afirmação é baseada em problemáticas teóricas e estratégias textuais que dão mais consistência a esses estudos do que os próprios autores tentavam e declaravam, dando a essas obras uma sustentação maior do que os próprios materiais empíricos. A segunda afirmação é que, na tentativa de ir além e/ou de atualizar Marx na análise da situação corrente, ambos os textos retrocedem mais, em alguns aspectos chaves, do que avançam. Esta afirmativa é baseada nas suas investidas contra a especificidade histórica do capitalismo, o método analítico da crítica e a teoria do valor do trabalho (na sua implicação dentro da luta de classes e da competição capitalista), e na ênfase desses autores nas mudanças tecnológicas, no método da sociedade em rede como metáfora e no trabalho intelectual e/ou em uma teoria política do valor (e o que essas categorias implicam para a resistência social e a rivalidade capitalista). Isto pode ser visto na guinada neoweberiana da análise de Castells da recente mudança econômica, política e social, e na apropriação, por Hardt e Negri, de Spinoza, Deleuze-Guattari e Foucault em suas críticas pós-modernas do Império e do capitalismo global.

Em síntese, o recente trabalho de Castells pode ser lido como uma celebração de direita do capitalismo contemporâneo. Ele enxerga o informacionalismo como um modelo progressivo de desenvolvimento, distingue apenas dois modos de produção, estatismo e capitalismo; argumenta que o estatismo não pode garantir as condições para a prosperidade do informacionalismo e que as potencialidades deste apenas podem ser realiza-

das dentro e por meio das relações capitalistas de produção; e afirma que o capitalismo tem se reorganizado para usar o informacionalismo como meio de retomar sua dinâmica de crescimento depois das crises econômicas e políticas dos anos 1970 e 1980. Um efeito dessa nova abordagem é naturalizar o capitalismo contemporâneo, atribuir seu dinamismo à sua capacidade de realizar o potencial das novas tecnologias e, nas palavras de Peter Marcuse, suprimir "o político, no sentido amplo da dinâmica entre o exercício do poder e a resistência a ele".[4]

Dessa forma, embora Castells note que os novos movimentos sociais resistem a essa transição, não lhes concede nenhum papel transformador ou revolucionário, nem lhes oferece nenhuma nova utopia, afirmando ter visto muitas fracassarem. Apesar disso, ele não se sente impedido de servir como conselheiro especialista a novos príncipes como Yeltsin, Gaydar e Fernando Henrique Cardoso, assim como a vários governos nacionais e a centros de poder transnacionais como a Comissão Européia, as Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho.

O trabalho de Hardt e Negri pode ser lido como uma celebração de esquerda da economia informacional e do novo imperialismo.[5] Eles afirmam que o "Império é melhor da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor que as formas de sociedades e os modos de produção que o precederam."[6] De fato, "globalização, na medida em que opera uma real desterritorialização das estruturas anteriores de exploração e de controle, é, verdadeiramente, uma condição da liberdade da multidão."[7] Visto nestes termos, a ascensão do mercado mundial e de um poder imperial global são passos positivos. Eles são o ápice da inerente dinâmica expansionista do capitalismo e da forma republicana de poder político,

[4] Peter Marcuse. Depoliticizing, globalization: the informations age and the network society de Manuel Castells. In: John Ede and Cristopher Mele (eds.). *Investigating the city: contemporary and future*. Oxford: Blackwell, 2002, p.131-158.

[5] Depois que esta avaliação foi publicada na Alemanha, eu me aproximei de uma afirmação similar através de Callinicos, que descreve *Império* como uma celebração de esquerda do governo global no mesmo sentido do liberalismo de esquerda de David Held. Ver Alex Callinicos. *Aganist the Third Way*. Cambridge: Polity, 2001, p.137-138.

[6] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire*. *Op. cit.*, p. 43.

[7] Idem, p. 52.

respectivamente, e assim removem as barreiras impostas pelo Estado-nação para uma efetiva solidariedade internacional. A expansão capitalista é motivada pela tentativa de fugir e explorar o inerente espírito vivo criativo da luta de classe proletária e/ou o desejo de liberdade da multidão. De fato, a estreita imbricação entre capitalismo e império agora oferece as melhores chances para uma revolução em prol da vida. O otimismo de Hardt e Negri neste ponto é baseado numa cega fé voluntarista na força emancipatória da multidão que, em virtude do desenvolvimento de sua capacidade de pensar e agir globalmente e de desconsiderar tradicionais divisões e antagonismos entre os oprimidos e marginalizados, pode dar cabo a um sistema global já em um estado de "omni-crise". Somado a isto, Hardt e Negri insistem no excepcionalismo dos Estados Unidos como o solo mais fértil para o nascimento "ideal" do Império e, posteriormente, com a abertura de suas fronteiras internas, para o subseqüente desenvolvimento de um capitalismo sem fronteiras. Dessa forma, visto historicamente, os Estados Unidos se tornaram o centro privilegiado de um Império descentralizado e de um mercado mundial auto-organizado. Neste sentido, a obra desses autores pode também ser vista como a celebração da afirmação da hegemonia estadunidense sobre uma Europa atrasada.

Esses textos indicam diferentes objetos teóricos e concretizam seus efeitos celebratórios (ou pelo menos, apologéticos) de diversas maneiras. Mas, eles possuem uma preocupação comum, que é a de ir além do marxismo ortodoxo sem retornar plenamente a Marx. Essa preocupação é mais explícita em Castells porque ele renega sua anterior análise marxista das crises do capitalismo estadunidense, considerando-a muito dogmática e, por outro lado, objetiva fornecer uma análise mais abrangente, acessível e válida das recentes mudanças.[8] O resultado é que o trabalho de Castells é mais weberiano do que marxista. Assim, o texto de Castells é antes de tudo sociológico, incluindo estudos de caso empíricos dos novos movimentos sociais, uma leve sociologia econômica da era da informação e uma plausível

[8] Manuel Castells. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996, p. 19n. Este é o primeiro volume da trilogia *Information age: economy, society and culture*. No Brasil a trilogia foi intitulada *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. O volume I recebeu o título de *A sociedade em rede* (São Paulo: Paz e Terra, 1999) e foi prefaciado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (N. do RT.).

sociologia política do Estado contemporâneo. Seguindo seu objetivo de não escrever um "livro sobre livros" ele deliberadamente evita comentar extensamente outros teóricos. Ao mesmo tempo em que isso lhe permite desenvolver argumentos nos seus próprios termos, também lhe permite evitar o confronto com abordagens alternativas, mais críticas e opostas às grandes mudanças que ele identifica. Além do que, enquanto Weber, assim como Marx e Engels, enfatizou a importância de esclarecer os desenvolvimentos históricos em termos de ação intencional, o enfoque da economia política de Castells sistematicamente negligencia o papel da ação social na direção das transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais e tende a considerar os movimentos sociais como reativos e fragmentados.

Em contraste, Hardt e Negri enfatizam que as lutas sociais são a força diretora por trás do movimento capitalista e insistem no potencial revolucionário de atitudes descentralizadas oriundas de uma resistência espontânea que pode ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar dentro do novo Império. Assim, apesar de Hardt e Negri também terem visto projetos revolucionários e sonhos utópicos fracassarem, eles ainda depositam sua fé no poder do desejo e na vontade de viver. Isso indica a natureza de seu distanciamento do "marxismo achatado", tanto politicamente como teoricamente. A extensão das mudanças se torna ainda mais clara quando percebemos que, embora eles tenham afirmado basear seu trabalho em o *Capital* de Marx e em *Mil Platôs*[9] de Deleuze e Guattari, eles também destacam, sem qualificação e sem elaboração, que o conteúdo positivo do novo paradigma de poder que eles identificaram envolve "um híbrido da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann e da teoria da justiça de John Rawls."[10] Esse estranho comentário é bastante perceptivo e esclarece vários traços intrigantes de seus argumentos. Isso é muito claro em suas análises do Império como sistema político auto-organizável, descentralizado e global e em suas inclinações pela filosofia política não apenas como um ponto de entrada conveniente para uma análise complexa, mas também como uma temática maior com seus próprios direitos ao longo do texto.

[9] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire. Op. cit.*, p. 415n.

[10] Idem, p. 13-14.

Manuel Castells vai a Berkeley... e descobre o Vale do Silício

Em *The economic crisis of american society* (1980), Castells identifica três aspectos da relação do capital: exploração, competição intercapitalista e apropriação e transformação da natureza pelo desenvolvimento das forças produtivas.[11] Ele propõe uma hierarquia da determinação estrutural entre estes aspectos, partindo do primeiro para o segundo e então para o terceiro; também argumenta que, devido ao primeiro ser uma relação contraditória, também o são o segundo e o terceiro aspectos e, *a fortiori*, a articulação de todos eles na organização social da produção. Desta forma, todo modo de produção é definido pela lógica contraditória baseada do processo da luta de classes.[12] No desenvolvimento destas idéias, ele define o modo de desenvolvimento quase que nos mesmos termos que ele mais tarde utilizou no volume primeiro de sua gigantesca trilogia. Escrevendo depois de muitos anos um estudo aprofundado sobre o capitalismo informacional no mundo, seu novo trabalho inverte sub-repticiamente a hierarquia da determinação anteriormente proclamada. Ela agora começa com a apropriação e transformação da natureza por meio do desenvolvimento das forças produtivas, e segue na direção da relação capital-trabalho e da competição intercapitalista sem mencionar a exploração econômica e a mais-valia ou a maneira pela qual "um capitalista sempre destrói vários" durante a competição.[13]

Castells agora dá ênfase às redes horizontais orientadas para a cooperação em sobreposição às relações verticais de exploração e dominação. Estuda as relações nas redes entre os "trabalhadores ativos na rede" e os "trabalhadores passivos na rede" e argumenta que a primeira divisão dentro da moderna sociedade em rede é entre aqueles que estão em rede e aqueles que estão desconectados. Sem análises cuidadosas de sua dinâmica substantiva, entretanto, a rede acaba se tornando uma metáfora geral aplicada a qualquer coisa e a tudo, e assim não explica nada. Castells é, portanto, forçado a recuar para explicações em termos do papel das

[11] Manoel Castells. *The economic crisis of American society*. Op cit., 45-46.

[12] Idem, p. 47.

[13] Karl Marx. *Capital*. London: Lawrence and Wishart, 1974, v. I, p. 714.

tecnologias de informação e da comunicação no desenvolvimento do trabalho em rede, em termos do primado da lógica de um espaço de fluxos homogeneizante sobre a contínua importância da diferenciação espacial, ou em termos da lógica competitiva orientada para os lucros de um capitalismo superpoderoso e sem sujeitos.[14]

A *sociedade em rede* começa com uma genealogia material do informacionalismo e de como ele superou o industrialismo como modelo de desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento se refere aos "arranjos tecnológicos por meio dos quais o trabalho lida com a função de produzir e, por fim, determinar o nível e a qualidade do excedente".[15] O modo de produção é definido, por sua vez, como "relações de classe que definem o processo pelo qual alguns indivíduos, baseados em sua posição dentro do processo produtivo, decidem as divisões e os usos do produto em relação ao consumo e investimento".[16] A distinção entre modo de desenvolvimento e modo de produção é central na análise de Castells e é levemente similar à distinção de Marx entre forças e relações de produção. Mas ela, na verdade, deriva das conclusões de Daniel Bell sobre a sociedade pós-industrial.[17] Ela reproduz um contraste artificial entre uma abordagem tecnicista de produção e uma abordagem sociológica das relações de classe na alocação dos investimentos de capital mais do que na produção e na subseqüente apropriação de excedente. Desse modo, ignora a função central das relações de classe na própria produção e se arrisca a retomar debates já ultrapassados sobre a relativa primazia do desenvolvimento tecnológico e das relações de classe. O próprio Marx já evitava esses problemas em suas sofisticadas análises da ciência, da tecnologia, da divisão do trabalho, do maquinismo e da acumulação e seus vislumbres têm sido retomados em análises teóricas marxistas recentes que têm se movido para além dos velhos debates polarizados sobre determinismo tecnológico versus a primazia da luta de classes. É cada vez mais evidente, novamente, que as tecnologias são aplicadas em contex-

[14] Cf. Mikiya Heise. Phantasmagorien der 'Netzwerkgesellschaft', zu Manuel Castells. *Das Argument*, n. 248, 2002, p. 684-695.

[15] Manuel Castells. *The rise of the network society. Op. cit.*, p. 16.

[16] Idem, p. 15.

[17] Daniel Bell. *The coming of pos-industrial society*. London: Heinemann, 1973.

tos específicos e que relações de classe são condicionadas pela transformação tecnológica.

A posição de Castells sobre esse assunto é ambivalente, quando não muito confusa. Ele desenvolve três linhas separadas de argumentação. Na primeira, como um historiador das tecnologias, ele argumenta que "a evolução da tecnologia tem (...) determinado enormemente a capacidade produtiva da sociedade e seus padrões de vida, assim como formas sociais de organização econômica";[18] ou, ainda, "os modos específicos de elevar a produtividade definem a estrutura e a dinâmica de um dado sistema econômico."[19] Na segunda, como um economista shcumpeteriano assumido, ele percebe que "argumentar que produtividade gera crescimento econômico e que esta produtividade é uma função da transformação tecnológica, é o equivalente a dizer que as características da *sociedade* são os fatores cruciais subjacentes ao crescimento econômico devido a seus impactos sobre as inovações tecnológicas."[20] E, na terceiro, como um ex-marxista que se tornou um conselheiro de mercadores e príncipes, ele reafirma que a produtividade não é, em si, o principal objetivo.[21] A "*lucratividade* e a *competitividade*" é que são os "verdadeiros determinantes das inovações tecnológicas e do crescimento da produtividade".[22] É essa específica lógica capitalista, mais do que a transformação tecnológica, que marca esse desenvolvimento do informacionalismo – colocando questões que Castells preferiu ignorar, como exploração, luta para aumentar a mais-valia e competição para garantir as mais altas taxas de lucro.

Essas três linhas de argumentação podem ser encontradas no volume I de sua trilogia. Sucessivos capítulos tendem inicialmente a rever os argumentos convencionais sobre o pós-industrialismo baseados na significação

[18] Manuel Castells. *The rise of the network society. Op. cit.*, p. 66.

[19] Idem, p. 67; cf. p. 80.

[20] Idem, p. 69, ênfase minha; cf. Manuel Castells, *The power of identity*. Oxford: Blackwell, 1997, p. 300. Este é o Segundo volume da trilogia, publicado no Brasil com o título *O poder da identidade* (São Paulo: Paz e Terra, 1992) e prefaciado pela ex-primeira-dama Ruth Correa Leite Cardoso (N. do RT.).

[21] Manuel Castells. *The rise of the network society. Op. cit.*, p. 80.

[22] Idem, p. 81, ênfase minha.

das tecnologias de informação e comunicação, no trabalho intelectual e na revolução do conhecimento, para depois examinar (freqüentemente com uma riqueza de detalhes e de dados estatísticos) a ambígua ou limitada evidência de uma mudança fundamental nos arranjos econômicos diretamente atribuível à revolução informacional, e então sugerir como essa revolução tem sido explorada pelas empresas capitalistas para reforçar seu controle sobre o trabalho e/ou para aumentar sua competitividade e lucratividade – embora, aparentemente, de uma maneira benigna e incontestável.

Isso explica porque Castells pode eventualmente concluir *A sociedade em rede* com a afirmação de que o capitalismo informacional tem se tornado um sistema tão bem integrado e coerente que suas formas de competitividade e os imperativos de lucratividade submetem até mesmo os capitalistas ao seu controle – um ponto que Marx, é claro, já observara no capitalismo 150 anos antes. Castells argumenta que o capitalismo finalmente atingiu uma etapa na qual sua lógica é amplamente difundida porque a nova infra-estrutura constituída pelas tecnologias de informação tem permitido ao modo de produção capitalista ultrapassar os limites de tempo e espaço e tornar-se realmente global, isto é, funcionar como uma unidade em tempo real e em escala planetária.[23] Desta forma, apesar de toda sua envolvente fascinação com mudanças tecnológicas e revolução informacional, o volume I conclui que o capitalismo emerge fortalecido como resultado, mas falha em explicar como essa façanha é realizada, restringindo-se a apontar a grande facilidade do capitalismo em desenvolver redes. Castells nos apresenta histórias plausíveis e uma gama de dados para sua análise geral do fracasso do modelo estatista e do sucesso das redes. O que está em jogo aqui, contudo, não é a totalidade da narrativa que já nos foi contada várias vezes e de diferentes formas, mas sim a coerência do conjunto de suas categorias e as implicações destas para a validade de suas explicações e conclusões.

No decorrer de sua narração sobre o capitalismo informacional, Castells desconsidera alguns traços básicos do capitalismo como um modo de produção. Em particular, ignora o papel crucial da força de trabalho na valorização do capital, preferindo focalizar o trabalho apenas como mais um fator da produção dentre vários outros que contribuem para a produção

[23] Idem, p. 92-93.

da riqueza.[24] Isso, por sua vez, o conduz a negligenciar a natureza crítica da força de trabalho como mercadoria fictícia e o papel central da transição da manufatura para a grande indústria (a transição chave no desenvolvimento do industrialismo) na constituição de condições para a subsunção real da força de trabalho ao controle do capital. Este ponto merece ser enfatizado não porque estabelece as credenciais marxistas do resenhista, mas sim porque o tratamento da informação e do conhecimento como apenas mais um fator da produção traz problemas análogos.

A força de trabalho no capitalismo é tanto trabalho concreto como trabalho abstrato, fonte de criatividade e fator da produção substituível pelo capital, valor de uso e valor de troca. Por analogia, podemos entender "informação" como conhecimento gerado coletivamente e como propriedade intelectual abstrata, como fonte de criatividade e fator de produção substituível, e como valor de uso e valor de troca. Dessa maneira, nós precisamos considerar como a informação e o conhecimento foram transformados em mercadorias e como continuam a ser transformados em uma escala crescente; os mecanismos que possibilitam que o trabalhador coletivo seja despossuído do conhecimento coletivo; os mecanismos que permitem os "donos" da propriedade industrial e intelectual gerar rendas e/ou lucros a partir desse controle, e as conseqüências de tal apropriação para a performance e justiça econômica. Castells ignora tudo isso.

Perante sua negligência a essa série de problemas, não é surpresa que, embora ele se apresente como um teórico do capitalismo informacional, Castells não considere tais questões como o último *round* da acumulação primitiva do capital (na forma de propriedade intelectual) realizada por meio da apropriação do conhecimento gerado coletivamente pelas gerações passadas (refletido em práticas controversas, como bio-pirataria); a história da subsunção formal e real do "trabalho intelectual" sob controle capitalista; a dinâmica das rendas tecnológicas geradas pelos novos conhecimentos e o desaparecimento desses rendimentos uma vez que esses novos conheci-

[24] Alguém pode qualificar esse julgamento, sobre sua negligência da valorização, percebendo que Castells discute a função das tecnologias da informação e comunicação em relação à redução do "tempo de trabalho socialmente necessário" (sem utilizar esse conceito); além do que ele é consciente do papel dessas tecnologias na redução do "tempo de circulação socialmente necessário" (outro conceito não utilizado) do capital e desta forma na competição entre capitais.

mentos (seja como conhecimento, meios inteligentes de produção ou produtos inteligentes) se tornam generalizados e passam a definir o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado nos produtos e/ou o tempo de circulação socialmente necessário requerido para a distribuição; a importância de manter os monopólios do conhecimento e da informação para proteger as rendas tecnológicas (os litígios envolvendo a Microsoft e o embate entre a Microsoft e o Linux); a implicação das rendas tecnológicas na queda dos lucros em setores menos avançados tecnologicamente (e daí a importância da globalização como meio de reforçar o desenvolvimento desigual e impor uma troca iníqua); e a natureza auto-destrutiva da revolução informacional do ponto de vista do capital, na medida em que cada etapa da inovação está propensa a uma desvalorização mais rápida. Em vez disso, Castells procura naturalizar o papel do conhecimento no capitalismo informacional, tratando-o simplesmente como um fator da produção ao invés de uma relação social conflituosa.

A definição de Castells do Estado também é confusa. Por um lado, ele ainda movimenta uma noção weberiana convencional do Estado como um aparelho detentor do monopólio do uso legítimo da violência em um determinado território. Por outro lado, ele argumenta que o Estado se tornou um nódulo ou segmento de um Estado em rede que se alastra por diferentes territórios coordenando políticas através deles. Os problemas desta colocação são particularmente claros na sua compreensão da União Européia como um modelo em ação do Estado em rede.[25]

Seu entendimento sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico é no mínimo também ambivalente, se não completamente contraditório. Por um lado, ele se parece mais próximo de muitas passagens de Marx e Engels. No *Anti-Duhring* e em outros textos, Engels concorda com a primazia do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações de produção, argumenta que o Estado poderia tanto promover como retardar seu contínuo desenvolvimento, e conclui que os Estados que o retardam perderiam poder econômico e influência política. Da mesma forma, Castells argumen-

[25] Para uma crítica, ver Bob Jessop. Multi-level governance and multi-level meta-governance. Changes in the EU as integral moments in the transformation and reorientation of contemporary statehood. In: Ian Bache e Matt Flinders. *Themes and issues in multi-level governance*. Basingstoke: Palgrave, 2003.

ta que "o Estado pode ser, e tem sido na história, na China e em outros lugares, a força motora da inovação tecnológica (...) justamente por isso, quando o Estado reverte seus interesses sobre o desenvolvimento tecnológico, ou se torna incapaz de realizá-lo sob novas condições, um modelo estatista de inovação tende à estagnação"[26]. Em resumo, o desenvolvimento tecnológico é relativamente autônomo e o Estado pode tanto impedir como acelerar seu desenvolvimento. Castells então ilustra essa lei, quase-engelsiana, com muitos exemplos retirados da China, Japão, Coréia, União Soviética, da *Eurosclerosis* e do militarismo keynesiano de Reagan.

Por outro lado, Castells concede, algumas vezes, um papel mais inovador ao Estado, pelo menos no capitalismo informacional. Desta maneira, ele argumenta que "o precursor da revolução das tecnologias de informação foi o Estado, e não o empresário inovador em sua garagem, tanto na Estados Unidos como no resto do mundo".[27] O Estado também tem desenvolvido novas formas de intervenção para promover a competitividade, a produtividade e a tecnologia em prol do avanço dos interesses do capital, assim como dos administradores do Estado.[28] E ele afirma que: "Competitividade na nova economia global (...) aparenta ser altamente dependente da *capacidade política das instituições nacionais e supra-nacionais de guiar a estratégia de crescimento daqueles países ou áreas sob sua jurisdição*, inclusive criando vantagens competitivas no mercado mundial para aquelas empresas que servem os interesses das populações em seus territórios gerando empregos e renda. As ações governamentais não são limitadas a gerenciar o comércio: elas também podem prover o suporte necessário para o desenvolvimento tecnológico e o treinamento de recursos humanos, a base fundamental para o funcionamento da economia informacional."[29]

Posteriormente ele afirma que os Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático exercem um papel chave na "aceleração" econômica e que a contemporânea "competição entre Estados" tem muitas funções centrais na intensa corrida econômica e tecnológica entre economias capitalistas avançadas.

[26] Manuel Castells. *The rise of the network society. Op. cit.*, p. 10.

[27] Idem, p. 60.

[28] Cf., por exemplo, idem, p. 88-90.

[29] Idem, p. 105, itálicos no original.

Todos esses argumentos se apóiam no fato de que Castells dá por certa a separação institucional entre economia de mercado e o Estado, ao invés de investigar como ela emerge, que papel essa separação pode exercer na garantia de condições extra-econômicas para a acumulação do capital e, inversamente, que problemas a co-existência do mercado competitivo e da lógica política podem acarretar para a acumulação e para a legitimidade política, respectivamente.[30] Essa abordagem lhe permite tratar as recentes mudanças na política econômica e social como sutis respostas, naturais e auto-evidentes, para as mudanças tecnológicas, econômicas e globais e os desafios que ele descreve.

As ambigüidades teóricas e conceituais não param por aqui. Castells também nos conta que "o Estado-nação, historicamente criado na era moderna, aparentemente está perdendo seu poder, embora, e isto é essencial, não sua influência".[31] Alternativamente, face à globalização, "ele tem perdido a maior parte de seu poder econômico, embora ainda tenha alguma capacidade regulatória e relativo controle sobre seus sujeitos".[32] Na tentativa de retomar parte de seu poder, os Estados-nação são conduzidos a entrar em cartéis políticos (como a União Européia), consórcios supra-nacionais, e novas formas de governo global (como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Isso não equivale ao fim do Estado-nação, mas é a condição para sua precária sobrevivência como um entre vários segmentos equivalentes de redes interestatais. Mas essa estratégia de sobrevivência de elevação do poder para níveis superiores surge como conseqüência da diminuição da relevância dos Estados-nação, solapando, então, sua legitimidade e, finalmente, intensificando a diminuição de seu poder [33]. Isso desencadeia um contra-ataque sob a forma de descentralização do poder para Estados regionais e locais que podem também reagir no caso de novas elites, regionais ou locais, mais poderosas desenvolverem estratégias para competir com as das elites nacionais, ou se novas identidades regionais

[30] Para uma recente e detalhada visão da adequação formal e da funcionalidade problemática dessa separação institucional, ver Bob Jessop, *The future of the capitalist State*. Cambridge: Polity, 2002.

[31] Manuel Castells. *The power of identity*. *Op. cit.*, p. 243.

[32] Idem. *Op. cit.*, p. 254.

[33] Idem. *The power of identity*. *Op. cit.*, p. 269.

ou locais desafiarem a integridade do Estado-nação.[34] Esse declínio da legitimidade é reforçado pela inabilidade dos Estados-nação para enfrentar os desafios de identidades particulares.[35] Explicando essas mudanças, Castells tende a se referir mais a processos sem sujeito (como a globalização, a lógica do espaço ao invés do lugar ou o poder dos mercados financeiros) do que a estratégias e decisões tomadas por agentes poderosos. Toda a lógica de seu argumento prefere afirmar a queda de poder dos "trabalhadores passivos na rede" e daqueles desconectados da rede, do que destacar as reais forças sociais e agentes que estão levando este processo adiante.[36]

Há muito de interessante nas variadas, mas nem por isso consistentes, descrições do Estado ao longo dos três volumes da trilogia de Castells. Contudo, parece que, no geral, sua análise é culpada das mesmas acusações que ele levanta contra outras exposições do poder permanente do Estado; em especial, aquelas que "misturam evidências contraditórias com teorias confusas".[37] Isto está refletido em seu comentário final sobre os Estados-nação: eles podem "manter a capacidade de tomar decisões, mas tendo se tornado parte de uma rede de poderes e contra-poderes, enfraqueceram-se a si próprios: dependem de um largo sistema de atribuição de autoridade e influência oriundas de múltiplas fontes."[38] Isso não é novidade. O Estado sempre foi parte de uma rede de poderes e contra-poderes – é por isso que Gramsci insiste em analisá-lo no seu sentido abrangente como compreendendo "sociedade política + sociedade civil" e é também por isso que ele sugere que o poder do Estado deve ser analisado em termos de "hegemonia encouraçada por coerção".[39] Isso não sugere que nada tenha mudado na organização do Estado. É por precaução que devemos comparar semelhantes com semelhantes e não trabalhar com um passado mítico caracterizado por um Estado

[34] Idem.

[35] Manuel Castells. *The rise of the network society. Op. cit.*, p. 243-244.

[36] Neste aspecto do trabalho de Manuel Castells ver também Peter Marcuse. Depoliticizing, globalization: the informations age and the network society de Manuel Castells. *Op. cit.*

[37] Manuel Castells. *The power of identity. Op. cit.*, p. 299.

[38] Idem, p. 304-305.

[39] Antonio Gramsci. *Selection from Prison Notebooks*. London: Lawrence e Wishart, 1971.

autônomo e soberano, e contrastá-lo com um Estado-nação igualmente mítico totalmente integrado em um Estado global em rede e por isso carente de qualquer poder autônomo.

Hardt e Negri vão a Washington... e encontram a Nova Roma

A obra de Hardt e Negri cobre uma ampla gama de tópicos, combinando teoria política, filosofia e considerações éticas com história política e econômica e uma análise do presente. Ela recorre extensamente à literatura em diversas línguas da Europa continental, assim como em inglesa bem como às tradições filosóficas que vão da Grécia Antiga, Idade Média e Humanismo Renascentista, ao pós-estruturalismo, pós-modernismo e pós-colonialismo. É também um trabalho complexo, multifacetado e labiríntico. Por um lado, entrecruza algumas narrativas conhecidas sobre a história econômica e política estadunidense, a crise do fordismo, o desenvolvimento da economia informacional, a ascensão do paradigma da rede, a crescente midiatização da política, a inevitável e irresistível expansão do mercado mundial, as pretensões imperiais dos Estados Unidos, e assim por diante. Por outro lado, ele sobrepõe a essas histórias diversas camadas de meta-narrativa e as sobrecarrega com reflexões filosóficas que são, no melhor dos casos, tangenciais e, no pior, obscuras. Além de apresentarem essas narrativas entrecruzadas sobrepondo-lhes meta-narrativas, Hardt e Negri também criticam, muitas vezes incisivamente, o pós-colonialismo, o pós-estruturalismo e outras posições (meta-)teóricas concorrentes. Dito isto, *Império* é consideravelmente escasso em detalhes empíricos, confiando, em maior medida, nas exposições predominantes de tais narrativas políticas e histórias econômicas, e ao mesmo tempo que celebra o fato do poder imperial atuar através das diferenças, opera, na prática, com ainda menos reflexões sobre as diferenciações políticas, econômicas e sociais do que Castells. Isso está associado ao abuso de metáforas e à profunda confiança em conceitos reificados como Império, poder e máquina.

Seguindo um "sumário" de suas principais teses que está longe de ser inocente, mas é coerente e acessível, o trabalho de Hardt e Negri começa com uma crítica da filosofia do direito imperial. Isso forma a base de um extenso relato da "gênese ideal" do Império que recorre a uma ampla

gama de textos filosóficos e teóricos e a uma apresentação seletiva de materiais históricos padrão. Eles justificam esse enfoque em dois níveis principais: primeiro, "configurações jurídicas (...) providenciam um bom índice do processo de constituição imperial"[40] e, segundo, a política é um meio privilegiado no qual a crise da modernidade se desdobra para produzir uma nova economia assim como uma nova ordem social. Isso já coloca questões interessantes sobre a ligação existente entre filosofia e teoria jurídica e transformação material e, neste último contexto, entre mudanças jurídicas, políticas, econômicas e sociais. Uma coisa é dizer que mudanças na configuração jurídica são indicadores de transformação social – uma transformação que deve então ser explicada em si mesma –; outra coisa é apresentar essas mudanças jurídicas em termos de uma lógica autônoma facilitada pelas transformações e lutas sociais observáveis por todos os lados; e ainda outra é argumentar que a transformação material induz a mudanças nas figuras jurídicas, do mesmo modo que mudanças superestruturais são disparadas por transformações na base material da sociedade.

A discussão anterior sobre a "gênese ideal" do Império relembra Hegel em sua idéia quase-teleológica de auto-realização conceitual. Consideremos os seguintes argumentos compilados de comentários dispersos, mas consistentes ao longo da primeira parte de *Império*. Império é um conceito anterior à realidade, ele tem uma "alma" e "vocação"(ele é chamado a ser), e é o fim para o qual o novo paradigma de poder é levado. Ele é conceitualmente perfeito, mas ainda imperfeitamente realizado, reafirma-se, então, a si próprio. Ele aborda a transformação social em movimento, ele é auto-confirmado por meio do direito de polícia, é auto-abrangente via a construção do consenso, é auto-potencializado pela midiatização da política, e é auto-legitimado e auto-ratificável. Ele tem um fim posto, enraizado nos conflitos que o Império resolve e é invocado a ter pela sua funcionalidade. Ele é totalizante e expansivo, internalizando seu lado externo para assim eliminar os pontos fracos que poderiam ameaçá-lo. Em um processo reconhecidamente desigual mas apesar disso inevitável e

[40] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire*. *Op. cit.*, p. 9.

irresistível, ele se expande até absorver o conjunto da vida social, o corpo coletivo biopolítco. De fato, todo corpo social é, agora, abarcado pela máquina do poder e desenvolvido em sua virtualidade. Um pensamento como esse vai além de uma simples *Begriffsgeschichte* (história conceitual) e chega a um *Begriffsrealismus*, isto é, à fusão do conceito e da realidade, e até mesmo a um *Begriffsidealismus*, isto é, à atribuição a um conceito de capacidades para auto-atualizações. Ele dá a impressão da necessária auto-realização de uma força ético-política imanente, auto-aprefeiçoável e já perfeita, baseada nos valores humanos. Mas essa impressão pode ser equivocada porque os autores também afirmaram que a emergência do Império está incompleta devido à sobrevivência de sociedades individuais e Estados-nação, porque há um estado de crise geral, e também porque há resistência por todo lado, inclusive do corpo. Por isso, Hardt e Negri também nos informam que o conceito de Império deve lutar para se estabelecer, que a máquina do império deve ser posta em movimento, que é difícil gerenciar territórios metropolitanos racial e socialmente distintos, que o desenvolvimento do Império se torna sua própria crítica e seu processo de construção torna-se o poder de sua reversão. A perfeição do Império é simultaneamente sua própria corrosão. Evidentemente, então, os autores se sentem aptos a concluir que "o processo jurídico e a máquina imperial estão sempre sujeitos a contradições e crises. E que, por último, a estrutura institucional em que vivemos é caracterizada por sua contingência radical e precariedade".[41]

Embora falar de contingência radical e precariedade seja reminiscência da ênfase na improbabilidade da comunicação de Niklas Luhmann e, *a fortiori*, da reprodução do sistema social,[42] a explicação da contingência radical e precariedade oferecida por Hardt e Negri se refere mais ao espírito universal do ser-contrário, do desejo e da resistência, do que às características inerentes da comunicação *à la* Luhmann. Mas essa abordagem se reflete em outro aspecto do argumento de Hardt e Negri: sua afirmação de que a forma pós-moderna de soberania que caracteriza o impé-

[41] Idem, p. 60.

[42] Ver, por exemplo, Niklas Luhmann. *Social systems*. Stanford: Stanford University, 1995.

rio envolve uma auto-organização do sistema político em escala global, sem um centro e baseada na comunicação política sobre o que é bom e o que é ruim para a manutenção da ordem imperial.[43] Rawls também se insere aqui, indiretamente, na medida em que essa ordem imperial é idealmente orientada por valores humanos universais, paz permanente e justiça social.[44] Entretanto, assim como Hardt e Negri, o próprio Luhmann admite que, em contraste com o sistema econômico da sociedade mundial, esse sistema político é fortemente segmentado devido à persistência dos Estados nacionais.[45] Os próprios Hardt e Negri são também conscientes disto e, de fato, descrevem uma pirâmide de três estratos de poder, no Império ainda emergente, na qual a camada do meio é ocupada por uma série de Estados nacionais de médio porte. Isso cria o espaço para a tensão entre a unicidade do Império e a pluralidade da atual existência dos Estados-nação, que é melhor resolvida mediante o exercício do poder hegemônico sobre outros Estados-nação pelo Estado-nação dominante – não na sua própria e imediata *realpolitisch* e nem em seus estreitos interesses econômico-corporativos, mas sim nos interesses de todo o Império. Essa posição privilegiada é ocupada, é claro, pelos Estados Unidos. E Hardt e Negri explicam isso, por sua vez, a partir da excepcionalidade dos Estados Unidos comparados com a Europa do Antigo Regime. Para eles, foi no estágio embrionário dos Estados Unidos que o segredo da imanente auto-organização da política foi revelado em uma constituição republicana baseada em freios e contrapesos e foi articulado a uma visão atemporal de um império sem fronteiras. Tudo isso, foi então necessário para um Império pós-nacional, pós-imperialista e pós-moderno triunfar na luta contra a soberania nacional, contra o imperialismo e contra uma modernidade crescentemente em crise, luta na qual os Estados Unidos se tornaram o centro hegemônico privilegiado de uma irreversível sociedade mundial em expansão. Nesse ponto, foram ajudados pela característica imanente

[43] Cf. Niklas Luhmann. The "State" of the political system. In: *Essays in self-reference*. New York: Columbia University, 1990, p. 165-174.

[44] John Rawls. *A theory of justice*. Oxford: Clarendon Press, 1973.

[45] Niklas Luhmann. *Die Politik der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

do capital a expandir-se de modo incessante e a incluir tudo o que lhe é externo, subsumindo a sua lógica toda sociedade mundial e todo o corpo coletivo biopolítico.

Há sérios problemas lógicos, teóricos e históricos com essa grandiosa meta-narrativa. Até mesmo se aceitarmos que a contradição lógica de afirmar tanto a unicidade ("uma única regra lógica") como a pluralidade ("uma série de organismos nacionais e supra-nacionais") pode ser resolvida pela introdução da hegemonia como um princípio mediador, existe o problema teórico de que essa mediação não pode ser explicada nos termos da problemática inicial de Hardt e Negri (veja abaixo). Além do mais, a não ser que a emergência do Império seja de alguma forma teleologicamente garantida pela auto-realização de seus conceitos e/ou de sua natureza auto-substituível sempre que a intervenção imperial falhar na garantia da paz, então a contraditória história do poder imperial americano e sua expansão – até mesmo como é narrada de modo seletivo por Hardt e Negri – não fornece nenhuma prova de que o super-Estado norte-americano exerça seu poder de acordo com o interesse imperial global ao invés de fazê-lo de acordo com seus próprios interesses, tal qual (mal-)percebidos de tempos em tempos pelos seus administradores estatais. Deve ser considerado relevante o fato de que a busca dos interesses imperialistas estadunidenses possa algumas vezes coincidir com outros interesses imperialistas de uma classe neoliberal transnacional, que possa envolver "*coalitions of the willing*" *ad hoc* (ou mercenárias "*coalitions of the shilling*")[46] sempre que possível, e que essa busca possa ser encoberta pela retórica do Império. Por isso é igualmente claro (e, talvez, acentuadamente sob o regime neoconservador de George W. Bush) que os interesses imperialistas americanos possam também ser perseguidos em esplendido (ou sórdido) isolamento contra seus supostos parceiros transatlânticos na "velha Europa" assim como contra os mais recalcitrantes "Estados delinqüentes", "Estados falidos", e "Estados clientes" nos demais lugares. O modelo prático para o atual regime de Bush é menos um

[46] O trocadilho não teria a mesma força em português. "*Coalition of the willing*", coalizão dos que estão dispostos, é o modo como George W. Bush referiu-se aos parcos aliados dos Estados Unidos na invasão do Iraque. "*Coalitions of the shilling*", por sua vez, é a coalizão do dinheiro. (N. do RT.)

império romano idealizado do que uma globalização da atitude que a *realpolitisch* estadunidense teve com seu quintal latino-americano por mais de um século.[47] Mais genericamente, Hardt e Negri subestimam a continuada significância dos grandes conflitos entre diferentes frações do capital, entre diferentes regiões e escalas da acumulação do capital e entre diferentes estratégias (incluindo suas diversas implicações para a integração/exclusão diferencial de setores do proletariado).

Dessa crítica, aflora a questão crucial relativa ao relacionamento entre desenvolvimento político e econômico. *Império* começa com uma idéia quase-hegeliana da "gênese ideal do Império" como a auto-realização de um conceito atemporal sem fronteiras que emerge com a Roma Antiga e, após vários desafios e tribulações, re-emergiu na República estadunidense; move-se, então, em direção a uma explicação quase-marxista (fortemente influenciada pela análise subconsumista do imperialismo feita por Rosa Luxemburg) da "gênese material do Império" como a auto-realização de uma economia política sem fronteiras do tempo, por meio de lutas do capital para absorver aquilo que está fora dele. Além do que, assim como a gênese ideal do Império exigiu que Hardt e Negri, explicassem como a crise transcendente dos Estados-nação soberanos foi ultrapassada por meio da resistência política da multidão, o proletariado deve agora ser trazido para suas análises para explicar como o capital superou sucessivas barreiras para consolidar um mercado mundial integrado. Dessa forma, assim como Hardt e Negri argumentam, "com intuito de compreender a passagem do imperialismo para o Império, além de examinar o desenvolvimento do próprio capital, devemos também compreender a genealogia da perspectiva da luta de classe".[48]

Essa manobra teórica é também problemática, no entanto, devido à redefinição que Hardt e Negri fazem do significado da produção e da luta de classe em três aspectos chave. Primeiro, eles argumentam que há um deslocamento da produção material para a produção biopolítica (ou da produção industrial para a produção informacional), no qual as distinções entre forças produtivas e relações de produção e entre produção e reprodução, neste caso, são

[47] Rodney Edvinsson e Keith Harvey. *Beyond Imperialism* .London: League for a Revolutionary Communist International, 2002.

[48] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire. Op. cit.*, p.234.

dissolvidas. Segundo, eles argumentam que o proletariado industrial, na medida em que ainda existir, perdeu sua prévia posição hegemônica na luta de classes para as massas multitudinais de um proletariado expandido e para os "pobres". E terceiro, eles argumentam que essas mudanças requerem o desenvolvimento de uma teoria política do valor baseada na produção imaterial da fábrica social em rede, para substituir a teoria econômica do valor baseada na produção material da fábrica industrial. É nessa base que eles oferecem sua complementação à supostamente não redigida teoria do Estado de Marx (teoria que no tempo de Marx seria supostamente impossível de redigir).[49] Em particular, eles sugerem que Marx não poderia ter escrito uma teoria geral do Estado adequada porque o mercado mundial não tinha sido ainda estabelecido para fornecer-lhe uma base material empírica para tal teoria.[50] A nova teoria de Hardt e Negri, por sua vez, diz respeito a uma nova soberania global, descentralizada e desterritorializada (em resumo, *Império*) ao invés, é claro, de referir-se à pluralidade de Estados centralizados, territorialmente demarcados, nacionais ou proto-imperialistas existentes na época de Marx. Apesar disso, esses autores sugerem uma possível ponte entre os comentários necessariamente "aleatórios" e "abstratos" de Marx sobre o Estado e sua própria teoria do império quando afirmam que "quando uma nova realidade social é formada, integrando o desenvolvimento do capital e a proletarização da população em um único processo, a forma política de comando deve ser ela mesma modificada e articulada de uma maneira adequada a este processo, um quase-Estado global do regime disciplinar".[51]

Na medida em que esse Império toma forma, contudo, as perspectivas para uma revolução crescem. Não há lugar algum onde a multidão possa se esconder porque o poder econômico é agora exercido por um sistema monetário global, o poder político é exercido através de ações policiais, o controle imperial é orientado para uma efetividade local e o poder cultural é mediado por redes globais de comunicação que integram o simbólico com o biopolítico a serviço do poder imperial. A emergência de uma multidão de

[49] Para uma análise mais incisiva da teoria do Estado de Marx, ver Hal Draper. *Karl Marx's theory of revolution*. New York: Monthly Review Press, 1976-1986, v. I, II e III. E também Antoine Artous. *Marx, l'Etat et la politique*. Paris: Syllepse, 1999.

[50] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire*. *Op. cit.*, p. 236.

[51] Idem, p. 255.

atitudes individuais direcionadas contra a globalização econômica provocará ondas de conflito pelo sistema e induzirá à emergência de estratégias contra-globalização e contra-Império. Mais uma vez, a multidão age com o *deus ex machina* voluntarista que pode resolver as aporias nessa explicação na medida em que apenas a multidão tem o necessário espírito de "ser-contra" e o desejo de liberação.

Observações Finais

Há vários pontos adicionais que merecem uma discussão crítica. Estes abordam os seguintes aspectos:

• A ruptura com as geometrias políticas e econômicas congeladas, baseadas no imperialismo, na relação centro-periferia, ou Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, em favor de novas explicações integradas da economia em rede informacional globalizante;

• O excesso de confiança e do uso da metáfora da rede em ambos os textos, associados a definições notavelmente vagas deste que é um conceito chave;[52]

• A tendência a tratar a informação e o conhecimento de modo ricardiano como simples fatores da produção e a negligenciar sua transformação em propriedade intelectual, bem como, a crescente importância da propriedade intelectual para organização da produção, para valorização e para a competição capitalista;

• O fracasso no desenvolvimento de uma teoria da crise adequada, sem falar da aplicação dessa teoria às crises que levaram do industrialismo para o capitalismo informacional, ou no caso de Hardt e Negri, do capitalismo industrial para a produção biopolítica;

[52] Desta forma, Castells argumenta que "rede é um conjunto de nós interconectados. Nós é o ponto no qual uma curva intersecciona a si própria. (...) Portanto, a distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede)." (*The rise of the network society. Op. cit.*, p. 470). Hardt e Negri escrevem que "as linhas gerais da constituição imperial de hoje podem ser concebidas na forma de uma rede de comunicações rizomática e universal, na qual relações são estabelecidas de e para seus pontos e nós. Paradoxalmente, esta rede parece estar ao mesmo tempo completamente aberta e completamente fechada para a luta e a intervenção. De um lado, a rede formalmente permite a todos os sujeitos da rede de relações estarem presentes simultaneamente, mas de outro, a rede em si mesma é um não-lugar real e apropriado. A luta pela constituição terá de ser levada a efeito nesse terreno ambíguo e movediço." (*Empire. Op. cit.*, p. 319-320).

• O excesso de confiança em simples contrastes do tipo antes/depois nas suas periodizações, atribuindo escasso ou nenhum lugar à continuidade ou descontinuidade do processo, ou aos efeitos de conservação/dissolução;

• O excesso de confiança em simples dualidades conceituais para caracterizar transformações sociais fundamentais (assim como "Rede versus Ser" de Castells, ou "Império versus Multidão" de Hardt e Negri);

• A tendência a desenvolver teorias gerais do poder sem levar em consideração os modos específicos de exercício de diferentes tipos de poder em diferentes contextos;

• A tendência, ao explicar as lutas, a fazer uso de modos de explicação essencialistas, reminiscências do "instinto de classe" de Lenin, da "falta" de Lacan, e do "espírito plebeu de resistência" de Foucault – o "desejo" de Spinoza, no caso de Hardt e Negri e a auto-afirmação das identidades particulares radicadas historicamente no caso de Castells;

• A tendência a ignorar se resistência é meramente a tática da fraqueza (nos termos de Certeau)[53] ou pode ser inserida em uma estratégia de transformação capaz de minar a estratégia dos fortes, e

• A tendência a estabelecer cadeias de correspondência (e até equivalência) entre os termos dessas duplas conceituais, assim a transformação social aparenta ser particularmente abrupta, operando toda uma série de mudanças ao mesmo tempo.

Dadas a incoerência teórica e a pobreza empírica destes textos, somos levados a espantar-nos com seu *status* de *best-sellers*. Uma explicação possível reside no uso de estratégias comuns de narrativa e retórica para dar sentido ao mundo. A conveniência de tais estratégias já é deixada clara na epígrafe de Castells no início deste artigo: complexidade crescente e subseqüente perplexidade oferecem um terreno fértil para "simples argumentos ideológicos destinados à dedução de todos os efeitos observáveis a partir de uma única causa fundamental, como fonte primeira de todas as contradições.". Isso também é indicado nas observações de Hardt e Negri sobre a máquina imperial produzindo e reproduzindo narrativas para validar e celebrar seu próprio poder.

Boas narrativas são compostas por três elementos chaves: uma apropria-

[53] Michel de Certeau. *The pratice of everyday life*. Berkeley: University of California, 1985.

ção seletiva de eventos e forças passadas; uma seqüência temporal com começo, meio e fim; e um emprego relacional dos eventos e forças e sua conexão com alguma estrutura anterior que permita extrair algumas lições morais e causais.[54] Ambos textos possuem narrativas poderosas, compostas de início, meio e fim associadas a lições morais e imperativos sociais. Eles também adotam certas estratégias retóricas que servem para reforçar a atração sobre seus respectivos públicos.

No caso de Castells, o mote básico é o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que têm permitido a realização de todo o potencial das formas econômicas, políticas e de organização social em rede.[55] O imperativo social que ele deriva de seu próprio discurso sobre a história é que apenas o capitalismo pode dar conta plenamente desse potencial e é por isso que podemos interpretar seu trabalho como uma celebração de direita do capitalismo informacional. Isso é reforçado pelo fato dele distinguir apenas dois modos de produção: estatismo e capitalismo. A lição moral que ele deriva é que redes não são nem boas nem ruins, mas também não são neutras: quando elas são usadas para explorar e oprimir, elas incitam a oposição e a resistência daqueles que desejam afirmar seu senso do ser-contra as redes. O paradoxo é que uma resistência bem sucedida também deve fazer uso das mesmas tecnologias da comunicação e informação e das mesmas formas de organização em rede. E tudo isso pode ser encapsulado na simples frase "Rede vs. Ser".

Hardt e Negri apresentam uma história mais complexa e multifacetada que combina três narrativas principais: a auto-realização ideal do conceito de Império; a necessidade da força material diretora do capital expandir-se de modo ilimitado dentro dos mundos material e biopolítico; e o demiurgo criativo de um desejo imanente de ser livre – um desejo do qual tanto o desenvolvimento capitalista como o poder imperial são parasitas. Apesar da complexidades de sua gênese, há no entanto, uma simples lição histórica e uma simples lição moral. A lição histórica é que a potencialidade imanente de um império e de um mercado globais tem se realizado e tem, desse modo,

[54] Patrticia Ewick e Susan A. Silbey. Subversive stories and hegemonic tales: Toward a sociology of narrative. *Law and Society Review*, n. 29, 1995, p.200.

[55] Manuel Castells. "Materials".

criado as melhores condições para o confronto entre o Império e a multidão. E a lição moral é que "Globalização deve coincidir com uma contra-globalização, Império com um contra-Império".[56]

Na escrita de suas obras, tanto Castells como Hardt e Negri procuram ir além da tradição marxista. Castells faz isso muito explicitamente apesar de seu também explícito interesse na dinâmica do capitalismo informacional. Já Hardt e Negri fazem isso implicitamente apesar de sua homenagem, na sua introdução, a *O Capital* de Marx. Minha opinião pessoal é que é prematuro abandonar o marxismo e que seria mais frutífero uma renovação deste à luz das novas mudanças na ordem mundial. Uma boa orientação a respeito pode ser encontrada na seguinte passagem: "A tradição marxista é, em nosso entendimento, a única que ainda tenta colocar lado-a-lado o movimento do capital e o processo social de mudanças, como conjuntamente determinados pela luta de classes sobre a produção, consumo, poder e valores culturais. Entretanto, nós confiaremos nessa tradição para construir um esquema teórico aproximativo capaz de nos fornecer uma compreensão das tendências históricas atuais. (...) nós preferimos nos expor à crítica tentando desenvolver a teoria marxista das crises do que usar suas fraquezas óbvias como pretexto para renunciar a qualquer tentativa de explicação."[57]

Este é o Castells de 1980, sendo ele preferível ao Castells da *Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. É daquele primeiro que eu prefiro receber conselhos sobre como interpretar melhor o mundo e transformá-lo.

Resumo: Por meio da análise crítica de dois conhecidos livros - a trilogia de Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, e o livro *Império* de Antonio Negri e Michael Hardt – o artigo discute as celebrações de direita e de esquerda da nova economia e do Estado em rede associados ao capitalismo global contemporâneo. Partilhando estratégias narrativas e retóricas, os autores dessas obras, na tentativa explícita ou im-

[56] Michael Hardt e Antonio Negri. *Empire. Op. cit.*, p.207.

[57] Manuel Castells. *The economic crisis of american society. Op. cit.*, p. 14-15.

plícita de irem além e/ou de atualizar Marx na análise da situação corrente, retrocedem mais, em alguns aspectos chave, do que avançam. Desse modo, revela-se prematuro abandonar o marxismo. Torna-se, assim, necessária uma renovação deste à luz das novas mudanças na ordem mundial.

Abstract: By performing the critical analysis of two known books – Manuel Castells', *Information Age: Economy, Society, and Culture*, and Antonio Negri and Michael Hardt's, *Empire* – this article discusses the celebrations from the Right and the Left to the new economy and the network State associated with contemporaneous global capitalism. By sharing narrative and rhetoric strategies, these authors, explicitly or implicitly attempting to go beyond and/or updating Marx in the analysis of the current situation, retrocede more, in some key aspects, than they go beyond him. Therefore, the abandonment of Marxism has shown to be premature. A renewal of Marxism is thus necessary under the in the framework of the new changes in the world order.